



NEPP-DH



Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos

Políticas públicas

Vacinação contra a gripe acaba amanhã; 52% já foram imunizados
OMS lança plano de emergência para combater a pólio
CUT vai encaminhar projeto para mudanças na CLT

Direitos humanos

Irmão de ativista chinês cego foge de cárcere
EUA impõe tolerância zero contra abusos sexuais nas prisões
Pedra fundamental de aldeia indígena da Rio+20 será lançada hoje
➤ ONU denuncia violações contra direitos humanos na Síria

Diversidade

Corte da Colômbia garante a gay direito de adotar duas crianças

Democracia na comunicação

'Estado' sofreu ataques de regimes autoritários

(Estado se refere ao jornal “Estadão”)

ONU e Brasil

Nova Friburgo adere à campanha da ONU para redução de consequências de desastres

Violência

Mísseis de avião não tripulado dos EUA matam dez no Paquistão

ONU denuncia violações contra direitos humanos na Síria

Equipe liderada por Paulo Pinheiro ouviu relatos sobre violência, apesar de cessar-fogo

GENEBRA e BEIRUTE — Uma equipe de especialistas em direitos humanos da ONU, liderada pelo brasileiro Paulo Pinheiro, divulgou nesta quinta-feira um relatório que aponta enormes violações contra os direitos humanos pelas forças do governo sírio, apesar do cessar-fogo em validade há seis semanas. Os rebeldes opositores também violam os direitos humanos, segundo os analistas, mas as forças militares e de segurança são responsáveis pela maior parte de crimes documentados desde março.

Os investigadores não foram autorizados a entrar na Síria e, por isso, basearam-se em informações de mais de 200 vítimas e testemunhas entrevistadas. A equipe de especialistas da ONU desenvolveu uma lista secreta de autoridades sírias suspeitas de ordenar crimes contra a humanidade e a entregou a Navi Pillay, chefe de direitos humanos da organização. Ela, por sua vez, afirmou que a situação síria deve ser encaminhada ao Tribunal Penal Internacional.

Além de crianças serem frequentemente vítimas da violência do regime, famílias inteiras foram assassinadas em suas próprias casas. O governo age através de bombardeios de áreas residenciais, execuções e tortura e, de acordo com o relatório, os homens do presidente Bashar al-Assad costumam ter uma lista de procurados e suas famílias e as usam para atacar certas áreas.

Com frequência, as forças sírias dão um aviso sobre os opositores ou desertores procurados, geralmente com um prazo. Os homens locais poderiam se esconder ou tentar retirar mulheres, crianças e idosos.

“Qualquer um visto tentando deixar a área evitando os bloqueios é considerado membro ou partidário dos grupos armados anti-regime e são alvo de tiros”, relata o documento.

Já os rebeldes, que cada vez mais se organizam melhor e conseguem mais armas, executaram ou torturaram soldados, partidários do regime ou suspeitos de serem informantes que foram capturados. Eles também sequestraram civis no que seria uma tentativa de trocá-los por presos.

“Um desertor que lutou pela Brigada al-Farouk (do Exército Livre Sírio) em Homs disse que os membros das forças do governo, incluindo o que ele disse

ser três atiradores de elite iranianos, foram sumariamente executados após confessarem seus papéis. Um integrante de um grupo armado antigoverno também admitiu que ele e seus companheiros mataram soldados do governo quando os prisioneiros se recusaram a se juntar a eles”, detalhou a equipe. A equipe da ONU confirmou 207 mortes em um período de dois meses. Em dezembro, as Nações Unidas contabilizavam nove mil mortes na Síria desde o início da revolta contra o presidente Assad, em março de 2011.

Mais de 250 observadores internacionais desarmados, de um total de 300, já estão na Síria para monitorar o cumprimento do acordo de paz mediado pelo enviado especial Kofi Annan. Entretanto, vários relatos dão conta de que a violência continua, apesar de sua presença, muitas vezes se intensificando quando os monitores saem das cidades.

Oposição síria aceita renúncia de seu líder

O principal conselho de oposição da Síria, o Conselho Nacional Sírio, aceitou a renúncia de seu presidente, Burhan Ghalioun, que anteriormente já tinha oferecido deixar o posto depois de várias críticas sobre sua liderança. Ghalioun mora em Paris.

O comitê executivo do Conselho Nacional Sírio pediu a Ghalioun que se encarregue de suas responsabilidades até que um novo presidente seja eleito em uma reunião a ser realizada em 9 e 19 de junho. O comitê também prometeu, em um comunicado emitido na noite de quarta-feira, reestruturar o conselho de oposição para torná-lo mais inclusivo.

O Conselho Nacional Sírio tem enfrentado brigas internas desde seu começo em setembro, o que tem complicado os esforços do Ocidente para reforçar a oposição. A oferta de renúncia de Ghalioun aconteceu alguns dias depois dele ter sido reeleito para um período de três meses em uma controversa votação em Roma.

<http://oglobo.globo.com/mundo/onu-denuncia-violacoes-contradireitos-humanos-na-siria-4993711>

Mísseis de avião não tripulado dos EUA matam dez no Paquistão

Ataque aconteceu contra supostos terroristas; é o segundo incidente em dois dias

PESHAWAR — Dois mísseis disparados por um avião não tripulado americano mataram dez supostos terroristas em uma casa no nordeste do

Paquistão, perto da fronteira afegã, informaram nesta quinta-feira autoridades do serviço de inteligência paquistanês.

Os funcionários disseram que o ataque aconteceu um esconderijo dos terroristas na aldeia de Khassokhel, perto de Mir Ali, na área tribal do Waziristão do Norte. É o segundo ataque semelhante em 24 horas na região. Na quarta-feira, mísseis americanos mataram quatro supostos terroristas no povoado Datta Khel, também no Waziristão do Norte.

As autoridades disseram que muitos dos mortos eram insurgentes usbeques. Os homens falaram sob a condição de se manterem anônimos por não terem autorização para dar informações.

Os ataques não tripulados se tornaram cada vez mais em um ponto de tensão entre os Estados Unidos e o Paquistão.

O parlamento paquistanês exigiu recentemente que os EUA ponham fim a todos os ataques de aviões não tripulados em seu território. Os Estados Unidos têm demonstrado que não têm a intenção de deter o programa.

Além disso, o Paquistão bloqueou caminhos estratégicos para o Afeganistão em resposta a um ataque aéreo americano que matou 24 soldados paquistaneses em novembro. O presidente paquistanês, Asif Ali Zardari, quer um pedido público de desculpas dos americanos pelas mortes e o aumento da cobrança de uma taxa por cada veículo que usar o caminho. Durante uma viagem a Chicago, Zardari não se encontrou com Barack Obama, revelando um mal estar entre os dois.

CUT vai encaminhar projeto para mudanças na CLT

Acordo foi costurado entre representantes da Central, o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral, e a presidente Dilma

BRASÍLIA — Para evitar o desgaste político de enviar ao Congresso um projeto que flexibiliza a legislação trabalhista, cujo texto está pronto na Casa Civil, o governo orientou a CUT a convencer um grupo de líderes dos partidos a assumir a paternidade da proposta. A principal mudança é permitir que sindicatos de trabalhadores e empresas possam negociar livremente a aplicação dos direitos trabalhistas, como por exemplo, divisão dos 30 dias de férias em três períodos, redução do intervalo de uma hora de almoço e da licença-maternidade, com compensações.

O acordo foi costurado entre representantes da CUT, o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral, e a Presidência da República. O assunto foi discutido num jantar na terça-feira entre o presidente da Câmara, Marco Maia, deputados e líderes das centrais sindicais. Ficou acertado no encontro que a CUT, via Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, vai encaminhar o projeto à Câmara, por meio de um parlamentar ou líder.

— A Câmara vai avaliar, e a tendência é que a proposta seja apresentada por um conjunto de líderes — disse o presidente da Força Sindical, o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), que evitou o termo flexibilização, proposto pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Embora o objetivo dos dois projetos seja o mesmo, a nova norma cria o Acordo Coletivo de Trabalho e estabelece regras para que os sindicatos possam negociar os direitos trabalhistas. Exige que as entidades tenham habilitação prévia do Ministério do Trabalho e instalem comitês dentro das fábricas, eleitos pelos trabalhadores. A nova norma não revogaria a CLT e teria caráter facultativo, caso aprovada.

— É uma maneira de avançar na modernização das relações entre patrões e empregados. Não se trata da flexibilização e sim da inclusão de um mecanismo de negociação a mais para as categorias — destacou Maia.

O líder do PSD na Câmara, Guilherme Campos (SP), que participou do jantar, disse que a ideia tem a simpatia de muitos e há grande chance de ser aprovada na Casa.

<http://oglobo.globo.com/economia/cut-vai-encaminhar-projeto-para-mudancas-na-clt-4992672>

EUA impõe tolerância zero contra abusos sexuais nas prisões

Governo aprovou medidas para colocar em prática lei sobre o tema, de 2003

WASHINGTON — Em todo o sistema carcerário americano existem 2,3 milhões de presos. Destes, 216 mil foram vítimas de abusos sexuais em 2011, segundo dados do Departamento de Justiça. Para tentar reverter o quadro, o governo dos EUA aprovou, na semana passada, um projeto detalhado com medidas para implantar a Lei para Eliminação da Violências nas Prisões (PERA, em inglês), de 2003. Com sua entrada em vigor, quase uma década depois, os EUA prometem impor tolerância zero contra os abusos dentro das prisões.

Os números mostram um grave problema vivido nas penitenciárias e a necessidade de se adotar medidas sérias para prevenir e proteger os encarcerados. “Na cultura popular, as violações nas cadeias são motivo de chacota e se considera algo inevitável e até merecido”, indica uma das justificativas do projeto de lei.

— A violação nas prisões é muito mais que uma estatística para aqueles que têm que conviver com esse estigma. É um tipo de violência que precisa terminar — ressaltou, por e-mail, um antigo preso que não quis ser identificado.

Entre as medidas, estão a obrigação de se separar em celas seguras os presos considerados vulneráveis (gays, lésbicas, bissexuais ou transexuais). Assim como os menores de idade, que não deverão dividir a cela com maiores. Funcionários e equipe médica também precisarão estar preparados para detectar e prevenir possíveis casos de abusos entre os internos.

De acordo com a nova norma, os presos poderão ainda denunciar os abusos sofridos por funcionários. Até então, eles praticamente ficavam imunes das acusações dos internos, graças a Reforma da Lei de Litígios nas Prisões. Aprovada em 1996, ela dava às vítimas apenas 20 dias para denunciar e passar por todas as instâncias do processo, até chegar ao juiz. Em várias ocasiões, as demandas não eram apresentadas a tempo.

Agora, esse prazo não existe mais. Além disso, os familiares e advogados estão autorizados a começar os trâmites da denúncia. Os centros penitenciários também irão passar por uma supervisão trimestral, realizada por entidades independentes, para garantir que os internos não sejam coagidos.

Pontos fracos

A implantação da lei, na semana passada, foi recebida com entusiasmo por parte das associações de direitos civis, que durante anos têm colaborado com o Departamento de Justiça e com alguns centros penitenciários para desenvolver seu conteúdo. — Estamos trabalhando duro para conseguir uma lei que diminua de maneira radical o número de abusos — explica Lovisa Stannow, diretora executiva de Just Detention Internacional, uma associação fundada em 1980, por um ex-detento, vítima de violação.

Mas, associações se apressaram em denunciar que a lei tem vários pontos fracos. O maior deles diz respeito aos imigrantes: o governo decidiu excluir do âmbito da aplicação a norma os centros de detenção de imigrantes, num total de 250 em todo o país. Desde 2007 foram denunciados 200 casos de violação. Atualmente, os centros para imigrantes dependem diretamente do Departamento do Estado, que já anunciou que aplicará suas próprias medidas de prevenção em 120 dias.

Joanne Lin, conselheira em assuntos de imigração da União Americana de Liberdades Civis (ACLU) resalta a situação de fragilidade e abandono que vivem os internos nestes centros. — A mensagem que se lança é de que a população latina, com maior presença nestas prisões, não merece a mesma proteção que o resto dos detentos.

<http://oglobo.globo.com/mundo/eua-impo-e-tolerancia-zero-contra-abusos-sexuais-nas-prisoas-4992308>

Corte da Colômbia garante a gay direito de adotar duas crianças

. *Ex-jornalista do 'New York Times' foi impedido de adoção após informar orientação sexual*

BOGOTÁ — A Corte Constitucional da Colômbia garantiu o direito de um jornalista americano homossexual de adotar duas crianças, após o instituto local que trata dos direitos dos menores negar-lhe a custódia, argumentando risco para as crianças. Para a corte, a orientação sexual do norte-americano não afeta o processo de adoção, nem consiste em uma ameaça aos direitos das crianças.

Na manhã desta quarta-feira, o ex-colunista do “New York Times”, Chandler Burr denunciou em um programa da CNN sua via-crúcis para obter seus filhos de volta. A história começou no verão de 2009, quando as crianças passaram cinco semanas com Burr, em Nova York. Em março de 2010, o jornalista começou o processo de adoção formal dos dois meninos — agora com 9 e 13 anos — por meio do Instituto Colombiano do Bem-estar Familiar (ICBF). Foi somente um ano depois, em março de 2011, que começaram os problemas.

De acordo com Burr, depois de mencionar a sua sexualidade em uma conversa informal, um advogado que representa o ICBF tirou as crianças de seus cuidados e os interrogou sobre o assunto, antes de notificar a Burr que ele não seria capaz de levá-los de volta para os EUA.

Em entrevista a uma rádio colombiana, o novo diretor de ICBF, Diego Molano, defendeu a decisão e afirmou que o instituto tem “o direito de saber quem o pai é”. Ainda segundo Molano, Burr havia escondido uma informação importante, ao não revelar sua orientação sexual.

Os juízes colombianos consideraram que a separação das crianças e Burr as afetou e lamentaram que o instituto não tenha levado em consideração a opinião dos menores em questão, que desejavam ficar com seu pai adotivo

Nova Friburgo adere à campanha da ONU para redução de consequências de desastres

23/05/2012 - 19h25

- [Nacional](#)

Thais Leitão
Repórter da Agência Brasil

Rio de Janeiro – O município de Nova Friburgo é o primeiro da região serrana do Rio de Janeiro a aderir à campanha da Estratégia Internacional para a Redução de Desastres da Organização das Nações Unidas (ONU), conhecida como Construindo Cidades Resilientes.

A iniciativa, que, no Brasil, é promovida pelo governo federal por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil, estabelece o compromisso do

município em seguir um plano de ação que enumera dez passos para reduzir as consequências de desastres naturais.

Entre as medidas que compõem a lista estão investimentos em infraestrutura, como obras de drenagem para evitar inundações; aplicação de regulamentos sobre construção e ocupação do solo; identificação de áreas seguras para cidadãos de baixa renda e, modernização, quando possível, dos assentamentos informais.

De acordo com o prefeito de Nova Friburgo, Sérgio Xavier de Souza, que assinou hoje (23) o documento de adesão à campanha da ONU, o objetivo é aumentar o grau de consciência e compromisso em torno das práticas de desenvolvimento sustentável, como forma de diminuir as vulnerabilidades e propiciar o bem-estar e a segurança dos cidadãos. Ele destacou que é fundamental a integração entre governos locais e sociedade civil, já que o município é quem garante a primeira resposta em situações de crises e emergências.

Nova Friburgo foi uma das cidades da serra fluminense mais prejudicada pelas enchentes que atingiram a região em janeiro de 2011, provocando a morte de centenas de pessoas e deixando milhares sem moradia. “Este momento é importante porque estamos nos preparando para evitar novas tragédias, pelo menos, nas mesmas proporções daquela do ano passado. O cenário pós-tragédia foi muito devastador, mas a sociedade está se organizando para identificar problemas e construir alternativas por meio de diálogo franco e aberto e o Poder Público mostra a intenção de fazer parte desse programa que vai trazer desdobramentos positivos”, observou o prefeito.

A analista de redução de risco de desastre na região serrana, da organização não governamental Care Brasil, Roberta Dutra, explicou que a campanha da ONU funciona como uma chancela da instituição ao esforço de reconstrução da cidade. A ONG é uma das parceiras da prefeitura nessa iniciativa. “Com a inscrição na campanha, a cidade tem mais possibilidades de receber apoio internacional, seja por investimento econômico ou humano. Tem mais visibilidade e credibilidade de suas ações e entra numa rede de cidades que trocam soluções e experiências bem sucedidas. Tudo isso ajuda também na recuperação de atividades econômicas, como o turismo, e no resgate da cidadania da população”, disse Roberta Dutra.

Ela enfatizou que a adesão à campanha prevê a criação de um comitê gestor, que inclui representantes do Poder Público e da sociedade civil, que tem a responsabilidade de avaliar o cumprimento de cada passo. O grupo

deverá enviar sistematicamente relatórios de acompanhamento para os interlocutores da ONU.

Roberta Dutra ressaltou que, além de Nova Friburgo, apenas Macaé, no norte do estado, faz parte da campanha, entre os municípios fluminenses. Em Santa Catarina, há oito cidades que participam da iniciativa.

Fernanda Milanez, coordenadora da ONG Diálogo, formada logo após a tragédia do ano passado para apoiar a reconstrução da cidade, lembrou que o processo de recuperação do município está “caminhando”, mas ainda precisa haver maior articulação entre todas as iniciativas que estão sendo desenvolvidas na região. “Há muitas coisas sendo feitas, mas ainda falta integração entre elas. Com a adesão à campanha, acho que vai ser mais fácil articular tudo isso, porque as ações vão ganhar mais visibilidade, vão envolver outros atores e permitir a multiplicação das experiências bem sucedidas para outros bairros e municípios”, avaliou.

A coordenadora da ONG citou o Plano de Emergência da Sociedade Civil, criado depois de reuniões com as comunidades de 44 bairros de Nova Friburgo, com o objetivo de complementar o Plano de Emergência do Município. O documento, que aponta as principais demandas e vulnerabilidades de cada comunidade e compreende as áreas de risco mais atingidas no desastre de 2011, foi entregue há dois meses aos gestores públicos locais para auxiliar nas ações de reconstrução.

<http://agenciabrasil.abc.com.br/noticia/2012-05-23/nova-friburgo-adere-campanha-da-onu-para-reducao-de-consequencias-de-desastres>

OMS lança plano de emergência para combater a pólio

Casos de infecção foram reportados em países onde doença havia sido considerada erradicada

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a poliomielite uma emergência global nesta quinta-feira, 24, depois de serem reportadas epidemias em países antes considerados livres da doença. O órgão planeja reforçar os programas de combate à pólio nesses locais e aponta que essa luta está em um momento crítico.

A Nigéria, o Paquistão e o Afeganistão são os únicos países onde a doença ainda é endêmica. Mas na China e em regiões da África, por exemplo, os

casos reportados recentemente são os primeiros em décadas, o que elevou as preocupações da OMS, que vota nesta semana se declara a erradicação da pólio uma "emergência para a saúde pública". O órgão estima que falhar no combate à doença pode levar a um aumento de mais de 200 mil crianças com paralisia em uma década.

Bruce Aylward, chefe da campanha para a erradicação da pólio da OMS, disse que "nos últimos 24 meses, houve grandes epidemias da doença na África, na Ásia e na Europa que afetaram adultos, causando muitas morte". "Isso lembra que, se a erradicação falhar, vamos ver uma terrível volta da doença com consequências bastante difíceis de prever", completou.

Segundo Aylward, a iniciativa deve dar grande fôlego ao combate à pólio. A estratégia foi resumida como "uma busca sem descanso pelas crianças ainda não vacinadas". Ele alertou, porém, que são necessários mais US\$ 950 milhões em doações para reforçar as ações de vacinação.

A OMS estabeleceu 2000 como o ano para a erradicação da pólio. A doutora Margaret Chan, diretora-geral do órgão, disse que o ritmo do trabalho é emergencial.

A pólio - também conhecida como paralisia infantil - é uma doença altamente infecciosa e causada por um vírus que invade o sistema nervoso e pode paralisar o corpo em poucas horas. Uma em cada 200 infecções leva à paralisia irreversível, geralmente nas pernas. Entre os que sofrem paralisia, de 5% a 10% morrem porque os músculos vinculados à respiração param de funcionar.

<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,oms-lanca-plano-de-emergencia-para-combater-a-polio,877269,0.htm>

'Estado' sofreu ataques de regimes autoritários

Da revolta paulista contra o presidente Artur Bernardes em 1924 à edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968, o jornal 'O Estado de S. Paulo' registra quatro investidas da censura em sua trajetória de resistência às ditaduras. Na Revolução Paulista de 1924, o jornal foi censurado primeiro pelas forças rebeldes comandadas pelo general Isidoro Dias Lopes na ocupação da capital e, posteriormente, pelo governo federal, quando suas tropas expulsaram os rebeldes.

O jornal voltou a sofrer restrições em 1932, após a derrota da Revolução Constitucionalista. O golpe de 10 de novembro de 1937, do Estado Novo, impôs mais um longo período de censura. Na resistência à censura, o 'Estado' foi ocupado pela polícia do interventor Ademar de Barros, por ordem de Getúlio, sob o pretexto de que o jornal armazenava armas para derrubar o regime. J.M.M.

Vacinação contra a gripe acaba amanhã; 52% já foram imunizados

A campanha de vacinação contra a gripe termina amanhã em todo o país. Apesar disso, apenas 52% do público considerado prioritário havia recebido a vacina até a tarde de ontem (23), o que corresponde a 15,6 milhões de pessoas.

A meta do Ministério da Saúde é imunizar 24 milhões de pessoas, o equivalente a 80% do público-alvo, que inclui idosos, crianças de 6 meses a 2 anos, grávidas, trabalhadores da saúde, indígenas e presos.

As crianças de 6 meses a 2 anos que nunca tomaram a vacina devem receber duas doses, com 30 dias de espaçamento entre a primeira e a segunda dose. O restante do público-alvo vai receber apenas uma dose de reforço.

A melhor adesão à campanha é das crianças. De acordo com a pasta, mais de 2,5 milhões já receberam a vacina, o que representa 58,9% do total. Os trabalhadores de saúde vêm atrás, com mais de 1,3 milhões imunizados, o que corresponde a 53,58% do total de trabalhadores.

Já no comparativo entre as regiões, a Sul tem a maior adesão, com quase 2,8 milhões de pessoas vacinadas. O número corresponde a 61,19% do público-alvo. Na sequência, está o Centro-Oeste (56,07%), o Nordeste (54,11%), o Norte (49,41%) e o Sudeste (47,18%).

O governo esclarece que, ao contrário do que alguns pensam, a vacina não provoca gripe, pois é feita de pequenos fragmentos de vírus incapazes de causar infecção. Mas, como toda vacina, podem causar alguns sintomas que passam em alguns dias.

A vacina fabricada para esta campanha contém os três principais vírus da Influenza que circularam no ano passado, incluindo o da gripe A H1N1. A única contraindicação feita pelo ministério é para pessoas com alergias

severas a ovo --nestes casos, é recomendada uma consulta médica para orientações.

Em São Paulo, a campanha deve vacinar 5,3 milhões, o que também corresponde a 80% da população-alvo. Ao todo, mais de 7.000 postos de vacinação fixos e móveis participarão da campanha. Mais de 41 mil profissionais também foram mobilizados. A estrela da campanha será a apresentadora Palmirinha, 80

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1094962-vacinacao-contr-a-gripe-acaba-amanha-52-ja-foram-imunizados.shtml>

Irmão de ativista chinês cego foge de cárcere

Chen Guangfu, de 55 anos, estava preso no vilarejo de Dongshigu e fugiu para Pequim

PEQUIM – O irmão mais velho do ativista cego Chen Guangcheng conseguiu fugir da prisão domiciliar no vilarejo de Dongshigu, onde ele e parte da família eram vigiados por autoridades chinesas. Chen Guangfu, de 55 anos, denunciou na semana passada [ter sofrido tortura após ter sido preso pela polícia chinesa](#) por ter ajudado o irmão cego a escapar de 19 meses de prisão domiciliar. Nesta quinta-feira, Guangfu chegou a Pequim e busca a ajuda de advogados para tentar libertar o filho Chen Kegui, de 32 anos, também capturado por forças chinesas.

Antes de deixar Dongshigu, na província de Shandong, autoridades locais ameaçaram Guangfu, dizendo que, se ele falasse com a imprensa, a Justiça chinesa aumentaria a sentença de seu filho, acusado de tentativa de homicídio por ter apontado uma faca a agentes que invadiram sua casa em busca do ativista cego. Ao chegar à capital, Guangfu começou a procurar advogados para a causa do filho e disse à agência Reuters que não pretende se calar.

– Eu acho que, já que eles já estão criando essa situação, por que eu não posso falar? Eu tenho o poder de divulgar isso. Quando me ameaçaram, eu disse a eles que isso não tem base legal alguma. Essa decisão depende

somente do poder ou da vontade das autoridades em determinar uma maior pena a Kegui. E com esse ponto, eu não posso concordar – disse o pai.

A mãe de Kegui e esposa de Guangfu, Ren Zongju, também chegou a ser presa sob a acusação de “acobertar” o filho. Livre sob pagamento de fiança, ela disse a repórteres que Kegui foi espancado dentro de casa, durante a invasão de policiais, e depois levado com as roupas rasgadas e manchadas do próprio sangue.

As represálias à família de Chen começaram depois que o ativista cego fugiu da prisão domiciliar no início de abril deste ano. Ele buscou abrigo na embaixada americana, o que causou um sério embaraço diplomático entre os americanos e a China. Após negociações, universidades americanas ofereceram bolsas de estudo para justificar o exílio do ativista cego nos EUA

Chen [chegou esta semana em Nova York](#), ao lado da mulher e os dois filhos. No entanto, ele continua denunciando abusos de autoridades chinesas contra o resto de sua família que permaneceu no país.

<http://oglobo.globo.com/mundo/irmao-de-ativista-chines-cego-foge-de-carcere-4994709>

Justiça rejeita acusação de sequestro contra Ustra

Coronel da reserva e delegado são acusados pelo MPF de sequestrar militante de esquerda

SÃO PAULO - A Justiça Federal de São Paulo rejeitou a denúncia criminal contra o coronel de reserva Carlos Alberto Brilhante Ustra e o delegado da Polícia Civil Dirceu Gravina. Os dois foram acusados pelo Ministério Público Federal (MPF) do sequestro do militante de esquerda Aluizio Palhano Pedreira Ferreira, em 1971. De acordo com o MPF, Palhano desapareceu nos porões do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), comandado por Ustra. A decisão, divulgada pela Justiça Federal nesta quarta-feira, foi assinada na terça-feira

O juiz federal Marcio Milani, substituto da 10ª Vara Federal Criminal em São Paulo, afirmou que, apesar de haver provas do sequestro, a vítima, que hoje estaria com 91 anos, já deve estar morta, o que impossibilitaria o processo por sequestro. Além de usar a expectativa de vida de 73 anos do IBGE, o juiz citou a lei 9.140/95, que reconheceu como mortas as pessoas desaparecidas por questões políticas entre 1961 a 1988.

Milani rejeitou a tese do MPF de que o Brasil foi instado a investigar pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), de investigar e punir os crimes da ditadura. A decisão da OEA foi divulgada no final de 2010. Segundo a decisão, mesmo que ele decidisse acolher a denúncia contra Ustra e Gravina, “o Brasil continuará a desrespeitar o julgado da Corte Interamericana, pois ainda restarão sem punição os casos de homicídio, tortura etc”. O juiz prossegue dizendo que há uma incompatibilidade entre a decisão da Corte e a do Supremo Tribunal Federal (STF), que reiterou a validade da Lei da Anistia.

A procuradora da República Eugenia Gonzaga afirmou que o MPF deve recorrer da decisão, seja pedindo a reconsideração do juiz, seja apelando a instâncias superiores.

- O juiz tomou uma decisão política e não técnica. Ele deixa claro que, entre descumprir uma decisão do Supremo ou da Corte Interamericana, ele prefere descumprir a da Corte porque não vislumbra nenhuma intenção do Estado de punir os sequestradores - afirma Eugenia Gonzaga, ressaltando que a decisão do STF foi anterior a decisão da Corte da OEA.

Ao falar que não deslumbra qualquer intenção do Estado de punir os agentes da ditadura, Milani cita a Lei da Anistia, a decisão do STF e a [Comissão da Verdade](#), sancionada pela presidente Dilma, que o juiz lembra ser “ela própria uma das vítimas do regime de exceção”. Para Milani, fica claro que, por parte da Comissão da Verdade, existe apenas a intenção de esclarecer as violações aos direitos humanos.

Milani cita a própria presidente: “Corroborando este entendimento, a presidente Dilma Rousseff, em recente entrevista, afirmou que 'a comissão não abriga ressentimento, ódio nem perdão. Ela só é o contrário do esquecimento'. Disse ainda que não revogará a Lei da Anistia, que perdoou crimes cometidos por agentes do Estado no período”.

- Se o juiz não considerou que se trata de um crime de sequestro, deveria aceitar a hipótese de ocultação de cadáver, que é um crime continuado e que excede a Lei da Anistia, que vale para os crimes cometidos até 1979 - considerou a procuradora Eugenia Gonzaga, uma das autoras da ação.

<http://oglobo.globo.com/pais/justica-rejeita-acusacao-de-sequestro-contr-ustra-4988432>

Pedra fundamental de aldeia indígena da Rio+20 será lançada hoje

24/05/2012 - 10h55

Vitor Abdala
Repórter da Agência Brasil

Rio de Janeiro – A pedra fundamental da Kari-oca 2, espaço dedicado aos índios na conferência Rio+20, será lançada hoje (24) no Rio. A "aldeia", que será montada na Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, terá cinco ocas (casas indígenas). Nelas, os participantes da conferência poderão discutir temas relacionados aos seus povos, dormir e se alimentar.

Segundo Marcos Terena, articulador indígena da Rio+20, o lançamento da pedra fundamental será acompanhado por um ritual tradicional indígena. Duas das ocas da aldeia serão construídas por kamaiurás, povo que vive na região do Alto Xingu, em Mato Grosso.

Para a construção das ocas tradicionais, os kamaiurás levaram madeira de sua região. “Falamos para a prefeitura que, quando terminar a Rio+20, vamos doar para ela todo esse patrimônio, como uma contribuição para a educação ambiental”, disse Terena.

A construção da aldeia deve terminar dois ou três dias antes do início das atividades oficiais da Rio+20, em 13 de junho.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-05-24/pedra-fundamental-de-aldeia-indigena-da-rio20-sera-lancada-hoje>

Rio de Janeiro, 24 de Maio de 2012.

Carina Curzio Cassano – Setor de Comunicação NEPP-DH